

SUMÁRIO

1. Hermenêutica	15
1.1 Hermenêutica e interpretação	16
1.2 Pré-compreensão	16
1.3 As atividades de conhecer, interpretar e aplicar	20
1.3.1 A fusão horízontica de Gadamer.....	26
2. Clássicos elementos de interpretação (Savigny e Ihering)	28
2.1 Elemento gramatical	29
2.2 Método teleológico	30
2.3 Elemento sistemático.....	32
2.4 Elemento histórico.....	34
3. Outros cânones hermenêuticos	40
4. Texto e norma	42
4.1 Mutação constitucional (ou vicissitude constitucional tácita)	43
4.2 Pareidolia constitucional em textos vagos	51
4.3 Apostasia constitucional em textos precisos	55
5. Lacunas constitucionais	60
6. Quem é o intérprete da Constituição?	62
6.1 Teorias da Última Palavra.....	65
6.1.1 Quando a última palavra é do Judiciário	66
6.1.2 Quando a última palavra é do Legislativo	68
6.1.3 “Teoria dos Diálogos Institucionais”	70
6.1.3.1 Reações legislativas	73
6.1.3.2 Reações presidenciais	78
6.1.3.3 Diálogos interjurisdicionais	78
6.2 O papel do Tribunal Constitucional na Interpretação da Constituição: função contramajoritária, função represen- tativa e função iluminista	85
7. Backlash	86

8. Casos difíceis (<i>hard cases</i>).....	89
9. Positivismo	90
9.1 A sistematização de Norberto Bobbio.....	91
9.1.1 Positivismo ideológico.....	92
9.1.2 Positivismo teórico.....	94
9.1.3 Positivismo metodológico.....	95
9.2 O positivismo metodológico de Kelsen	97
9.2.1 A suposta relação entre Kelsen e o Direito nos Estados Totalitários	101
9.2.2 O fundamento de validade das normas do ordenamento, segundo Kelsen	103
9.3 O positivismo metodológico de John Austin.....	106
9.4 O positivismo metodológico de Hart.....	108
9.5 O positivismo metodológico de Alf Ross.....	120
9.6 Uma visão panorâmica e cronológica da história do positivismo	122
9.7 Formas contemporâneas de positivismo	123
9.7.1 Positivismo excludente (ou exclusivo).....	123
9.7.2 Positivismo includente (ou inclusivo).....	124
10. Neoconstitucionalismo	125
10.1 Constitucionalização do Direito.....	130
10.2 Neoconstitucionalismo e pós-positivismo são expressões sinônimas?	131
10.3 Críticas endereçadas ao neoconstitucionalismo (e ao pós-positivismo)	132
10.3.1 Do “princípio” da vedação ao retrocesso.....	134
11. Normas regras e normas princípios	138
11.1 Regras e princípios na visão clássica ou tradicional	139
11.2 Regras e princípios na visão de Robert Alexy	139
11.2.1 O conflito de princípios e a máxima da proporcionalidade.....	142
11.2.2 Críticas à ponderação de princípios de Alexy	145
12. Derrotabilidade das regras (“defeasibility”)	149
12.1 Conceito.....	149
12.2 Fundamento.....	150

12.3	Origem	150
12.4	Natureza jurídica.....	151
12.5	(In)compatibilidade com o ordenamento brasileiro	153
12.6	Das normas passíveis de derrota	156
12.6.1	Derrotabilidade de princípios?	156
12.6.2	Derrotabilidade de normas constitucionais?	158
12.6.3	Outras normas passíveis de derrota	160
13.	Interpretativismo e não interpretativismo.....	161
13.1	Do interpretativismo	162
13.1.1	O originalismo de Robert Bork	166
13.1.2	O textualismo de Antonin Scalia.....	166
13.1.3	A polissemia da palavra originalismo e as vertentes contemporâneas.....	172
13.2	Do não interpretativismo	174
14.	Procedimentalistas e substancialistas	175
15.	O pensamento jurídico de Robert Alexy.....	176
16.	O pensamento jurídico de Ronald Dworkin.....	185
16.1	Dworkin <i>versus</i> Alexy: convergências e divergências	195
16.1.1	Quanto à compreensão de princípios e regras, não há identidade entre a doutrina de Robert Alexy e Ronald Dworkin.....	195
16.1.2	Quanto à maneira de encarar o fenômeno da discricionariedade judicial	196
17.	O pensamento jurídico de Cass Sunstein	197
18.	O pensamento jurídico de Richard Posner.....	203
18.1	Pragmatismo <i>versus</i> Positivismo: uma comparação de abordagens.....	207
19.	Contributos do Direito Constitucional alemão.....	208
19.1	Princípios de interpretação constitucional	208
19.2	Métodos de interpretação constitucional.....	213
BIBLIOGRAFIA.....		221